

**DO SIGNIFICADO À INTERPRETAÇÃO FUNÇÃO DISCURSIVA DO
PROVÉRPIO NOS CONTOS DE GONÇALO TRANCOSO**

**FROM ITS SIGNIFICANT TO ITS INTERPRETATION DISCURSIVE FUNCTION
IN THE WORK OF GONÇALO TRANCOSO**

Sandra Santos

Resumo: Desde os tempos mais remotos das civilizações antigas até aos nossos dias, o texto proverbial tem conseguido manter a sua importância. Apresentando-se com função pedagógica, argumentativa ou lúdica, e não obstante o espaço e o tempo a que se refere, o provérbio continua a afirmar-se como preconizador de normas de conduta exemplares, objetivando a manutenção da moral e dos bons costumes e mantendo a sua autoridade incontestável, através de uma voz sem autoria, mas reconhecida por todos. Neste trabalho, propomos analisar alguns provérbios contextualizados nos *Contos* de Gonçalo Trancoso, procurando evidenciar as suas características de texto anónimo institucionalizado, através de um estudo que aludirá à sua posição, tema e função discursiva.

Palavras-chave: Gonçalo Trancoso, Provérbios, *Exempla*..

Abstract: From the ancient civilizations to the present day, the proverbial text has maintained its importance. Presenting a pedagogical, argumentative or playful function, and despite the time and space that they refer to, proverbs continue to assert themselves as advocates of exemplary conduct standards, seeking to maintain the morality and possibly the morale and their unquestionable authority, through a voice without authorship but recognized by all. In this study, we propose to analyze some proverbs contextualized in Gonçalo Trancoso's work, searching to highlight their anonymous and institutionalized texts' characteristics through a study that will allude to their location, their subject and their discursive function.

Keywords: Gonçalo Trancoso, Proverbs, *Exempla*.

Recebido em: 04/03/2016
Aprovado em: 25/06/2016

Introdução

A nossa análise centra-se num *corpus* composto por diversos *contos* da autoria de Gonçalo Trancoso. Na sua obra, *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana*¹, ilustrativa da vitalidade dos provérbios no tempo do autor e nos tempos subsequentes, a julgar pelas diversas versões publicadas posteriormente², o provérbio³ ganha relevo, constituindo-se como texto sentencial, cuja difusão, num “processo quase democrático”⁴, conduziu à sua inscrição no imaginário

¹ TRANCOSO, Gonçalo Fernandes. *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana*, Lisboa: Oficina de Fillipe de Sousa Vilela, 1710. Por conveniência de acessibilidade, faremos uso da versão de 1710 da obra editada por Fillipe de Sousa Vilela, em Lisboa, e analisaremos duas das três partes que a constituem, sendo de aludir que, para além das partes referentes aos contos, esta reedição inclui, também, um texto de conteúdo catequético, intitulado Polícia e Urbanidade Cristã – um apêndice que conferiu à obra de Trancoso um título outro, passando a mesma a designar-se por *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana* ao invés de *Contos e histórias de proveito e exemplo*, conforme figurava na edição de 1575 –, seguido da Bula do sumo pontífice Clemente VIII, na página 400. O referido manual de boas maneiras pretendia veicular conselhos para bem viver em sociedade e normas de comportamento moral. Acrescenta-se que, para além destas alterações, a edição de 1710 apresenta, de igual modo, as supressões identificadas na edição de 1595, reunindo um total de 38 contos (19 na primeira parte, 9 na segunda e 10 na terceira) e não de 41 (20 na primeira parte, 11 na segunda e 10 na terceira), como noutras edições anteriores a esta data.

² A este propósito, refira-se que a primeira publicação conhecida dos *Contos* de Gonçalo Trancoso data de 1575 e compreende, apenas, as duas primeiras partes da obra. Posteriores a esta, existem outras versões, tendo a de 1595 uma particular importância pelo facto de incluir, pela primeira vez, as três partes da obra, apresentando, no entanto, para além das narrativas já suprimidas nas duas primeiras partes, uma nova supressão na terceira parte (uma censura que pretendia coadunar os *Contos* à realidade social da época, rejeitando conteúdos alheios à moral e bons costumes preconizados pelo catolicismo). Outras edições se seguiram ao longo dos séculos XVII e XVIII, sendo de mencionar a de 1681, por ser a partir desta data que os *Contos* passam a incluir, no fim do livro, um texto de conteúdo catequético, intitulado Polícia e urbanidade cristã, composto por padres da Companhia de Jesus, funcionando como uma espécie de manual de boas maneiras. Trancoso era, assim, aproveitado para veicular conselhos para bem viver em sociedade e normas de comportamento moral. Como já referimos, a partir desta edição, o título sofre uma alteração, passando a obra a intitular-se *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana*. Após um interregno respeitante ao período que abarca o século XIX, os *Contos* de Trancoso reavivam-se durante o século XX, confirmando-se a pertinência desta obra cujo sucesso se deveu, em parte, ao facto de a mesma constituir o primeiro verdadeiro livro de contos português e, durante muito tempo, o único, mas, também, pelo seu carácter popular, folclórico, e pelo seu conteúdo ideológico, de dimensão ético-religiosa.

³ CF. CHACOTO, Lucília. A Produção Fraseoparemiográfica. In *II Congresso Internacional de Fraseologia e Paremiologia & I Congresso Brasileiro de Fraseologia*. Brasília, 2011. Neste estudo, a autora estabelece a diferenciação entre expressões fixas e provérbios.

⁴ FUNK, Gabriela. O Provérbio: um género marginal(izado)?! In: MORUJÃO, Isabel (coord.), SANTOS, Zulmira C. (coord.). *Literatura Culta e Popular em Portugal e no Brasil - Homenagem a Arnaldo Saraiva*, Braga: CITCEM, 2011, p. 198.

coletivo de um povo⁵.

Aforismo, apodo, verbão, gnoma, proposição, anexim, parémia, apotegma...o provérbio é, nas palavras de Maria Tereza Côrtes⁶, frase que foge às regras normais da gramática tradicional, caracterizado por pertencer às estruturas da linguagem falada, da parataxe, breves e fixadas pela memória dos falantes de uma língua. A nível formal, os provérbios têm rimas e elementos repetitivos dentro de uma estrutura bímembre. O provérbio não aceita uma apresentação individual, ao invés, reflete experiências coletivas e veicula a opinião do senso comum, aconselhando, criticando, proibindo, sendo uma fonte de conhecimento dos valores éticos, estéticos e sociais de uma comunidade⁷.

Para Ramon Peres, a frase proverbial é “una paremia popular que se caracteriza por su sentido idiomático, por su temática genérica, por su carencia de elementos mnemotécnicos y, en ocasiones, por la presencia de fórmulas de orden o de prohibición”⁸.

⁵ Veja-se, a este propósito, o estudo de Gabriela Funk, no qual a autora se reporta às causas das oscilações na apreciação dos provérbios, referindo que “Enquanto o provérbio, numa cultura de tradição oral, representa tipicamente o tesouro do conhecimento e a coleção das regras sociais ou jurídicas, na transição para a cultura escrita e na formulação científica dos saberes, esse género da Literatura Tradicional perde a sua autoridade nos círculos dominantes da sociedade. Ressalve-se, porém, o facto de, ao longo desse processo, haver ciclos de apreciação e desvalorização de provérbios específicos, bem como do próprio género” (Ibid., p. 197). Continua referindo que “Os mecanismos de acreditação do provérbio derivam de uma cultura oral, onde a multiplicação de uma experiência depende do número de pessoas que a vivenciaram. Assim, cada falante empresta uma voz, constituindo a divulgação dos provérbios num processo quase democrático. A força destes textos tradicionais advém da consciência de que, supostamente, milhares ou milhões de indivíduos presenciaram situações onde os mesmos se revelaram conceitos úteis, passando daí a integrar a memória colectiva” (FUNK, Gabriela. *O Provérbio: um género marginal(izado)?!* In: MORUJÃO, Isabel (coord.), SANTOS, Zulmira C. (coord.). *Literatura Culta e Popular em Portugal e no Brasil - Homenagem a Arnaldo Saraiva*, Braga: CITCEM, 2011, p. 198).

⁶ CÔRTEZ, Maria Tereza. *Os provérbios franceses utilizados como forma de argumentação nas crônicas de arte*. 2008. 141 f. Dissertação (Programa de pós-graduação em língua e literatura francesa) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas Departamento de Letras Modernas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

⁷ Sobre esta matéria, Gabriela Funk refere que “As expressões proverbiais são protótipos de um *mem*, definido como uma ideia difundida num meio social evolutivo. Segundo este conceito, qualquer ideia vantajosa para uma sociedade provoca uma larga divulgação, mantendo-se activa enquanto esta mais-valia permanece. Estes textos constituem uma espécie cultural nuclear, que é reinterpretada por cada geração de acordo com o desenvolvimento da sociedade. Os provérbios não são imutáveis, modificam-se com o tempo, adaptam-se às novas realidades, mas também servem para avaliar e prever a eficiência de muitas inovações” (FUNK, Gabriela. Op. cit., p. 204). Na esteira destas asserções, Isabel Braga refere que “Os provérbios, enquanto elementos da cultura popular, são relativamente atemporais no sentido em que aparecem como o resultado da antiga sabedoria, impondo-se, por isso, como argumento de autoridade, veiculando acepções tidas como verdadeiras para diferentes tempos e espaços, não obstante remeterem mais para o passado do que para o comportamento futuro” (BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, MOURÃO, Maria Elsa. *Género e Discurso Proverbial no Portugal Moderno. Faces de Eva*, n.º 33, p. 83, 2015).

⁸ PÉREZ, Ramón Almela. *Paremiología Contrastiva: Propuesta de Análisis Lingüístico. Revista de Investigación Lingüística*. n. 1, v. III, p. 16, 2000.

Segundo Anscombre, um provérbio constitui-se um texto autossuficiente, na medida em que não necessita de enunciações anteriores, nem posteriores para formar um discurso completo:

Un proverbe est clos dans la mesure où il peut à lui tout seul faire l'objet d'une énonciation auto-suffisante, i.e. ne requérant pas d'énonciations antérieures ou postérieures pour former un discours complet. Et un proverbe est autonome dans la mesure où il ne lui est pas assigné de place fixe dans les discours dans lesquels il apparaît. Il peut se trouver à peu près n'importe où, sauf à violer certaines contraintes syntaxiques fondamentales⁹.

Diz-nos o mesmo autor que evocar provérbios, “des textes clos, autonomes, et minimaux”¹⁰, é fazer ouvir a voz da sabedoria popular, a voz de um locutor não identificado, um “ON-locuteur”, sujeito impessoal que representa o coletivo e que emite um discurso sentencioso, um “ON-sentencieux”, portador de um esquema rítmico, intertextual e mnemónico. Por outras palavras, nos provérbios “constrói-se um universo virtual em que está sempre presente um “eu” (locutor) que se dirige a um “tu” (locutário)”¹¹. De acordo com Anscombre, os provérbios, por pertencerem ao domínio das crenças coletivas, representam um modo de conhecimento subjetivo, assemelhando-se aos mitos: “C'est cette dimension mythique qui confère au proverbe, parmi d'autres formes de la parole d'autorité, cet extraordinaire pouvoir de conviction”¹².

Dadas as suas características, os provérbios são frequentemente utilizados nos textos literários, quer para criticar costumes, quer para exemplificar ações, reforçar ideias, mostrar erudição e até ensinar a língua e os valores da literatura. Por conseguinte, os provérbios tanto são usados para veicular uma moral, como para tecer críticas através da sátira e da ironia. É este, portanto, o *corpus* deste trabalho, uma obra aparentemente fragmentária que mantém a intencionalidade didática e a exemplaridade ao longo das narrativas que a constituem. *Histórias Proveitozas que contem contos de proveito e exemplo para boa educação da vida humana* (doravante designada por HCPE) é uma obra composta por três partes, escritas em períodos distintos e sucessivos, e que contém dimensões morais e funcionais dos contos de

⁹ ANSCOMBRE, Jean-Claude. Parole proverbiale et structures métriques. *Langage*, n. 139, p. 12, 2000.

¹⁰ *Ibid.*, p. 13.

¹¹ PESTANA, Gilda Maria Nunes Alves. *A Função do Verbo no Texto proverbial: O Verbo como Instanciador Lexical, Modal, Temporal e Aspectual*. Funchal: Universidade da Madeira: 2004, p. 112.

¹² ANSCOMBRE, Jean-Claude. *Op. cit.*, p. 26, 2000.

*exempla*¹³, primando pela demonstração de modelos de conduta adaptáveis aos diferentes estratos sociais, sobretudo ao popular, devido à sua proverbialidade.

No entanto, apesar de ter sido um êxito confirmado pelas sucessivas reedições, ao longo dos séculos XVI a XVIII, a verdade é que, parecendo cair no esquecimento, sobretudo ao longo do século XIX, são escassos os estudos sobre esta obra do primeiro contista português. Verdadeiro exemplar do proverbialismo português, os *Contos de Trancoso*, ao sabor dos *exempla* medievais, e caracterizado por neles se fundir a vertente clerical à folclórica, num estilo filosofante, de redação simples e direta, mantém a sua atualidade, na medida em que muitos dos provérbios que a constituem, bem como os contextos narrativos em que se integram, continuam a fazer parte do imaginário da cultura social portuguesa.

Os provérbios utilizados nas HCPE de Gonçalo Trancoso constituem, portanto, uma *abreviatio* das narrativas que os sustentam. Sejam o título que anuncia as histórias, tornando possível a antecipação do conteúdo moral que o conto encerra, ou a conclusão que as condensa, os provérbios constituem uma forma de expressão de concisão, resultando na contração de uma temática que se desenvolve no corpo da narrativa. Esta, pelo contrário, utilizada ao serviço da argumentação com vista à persuasão do leitor, constitui uma *amplificatio*¹⁴ da frase proverbial que a indicia, patenteando ideias e fundamentos em defesa de uma tese.

Através das leituras empreendidas, percebemos que a linguagem fraseológica patente nas HCPE incide sobre assuntos que refletem a mentalidade de um povo, a sua história, costumes e crenças. Assim, religião, justiça, conduta social, relações familiares e virtudes das mulheres são temáticas diversas incorporadas em histórias de exemplos que contribuem para um conhecimento mais aprofundado da realidade que cercava o homem da Idade Média e da Renascença. Adotando o papel tradicional de um contador de histórias¹⁵, o autor dirige-se ao

¹³ Recorde-se, na esteira desta temática, *O Livro de Esopo*, o único fabulário em português da época medieval cujo conteúdo se destinava, de igual modo, à edificação moral, pretendendo-se, através das fábulas, facultar ensinamentos cristãos para a vida usual dos leitores/ouvintes.

¹⁴ CF. CEIA, Carlos. Amplificação. In: . CEIA, Carlos (coord.). *E-Dicionário de Termos Literários* (EDTL), disponível em <<http://www.edtl.com.pt>>, acessado em 23 jan. 2016.

¹⁵ Um estatuto privilegiado de narrador heterodiegético que Trancoso usou para “nos fazer passar a sua ideologia, utilizando, assim, a arte como veículo de moralização e, em certos casos, de catequização” (MIMOSO, Anabela. *Contos e Histórias de Proveito e Exemplo* As Edições da Obra. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2786.pdf>>. Acessado em 8 jan. 2016).

leitor/ouvinte, e com ele dialoga, instaurando a lição intencionada, destinada a fazer sobressair o ensinamento moral ou proveito, mas também de coesão comunitária¹⁶.

As trinta e oito narrativas que compõem a obra de Trancoso são distribuídas pelas suas três partes, sendo possível distinguir nas mesmas características relativas à complexidade, à extensão, ao elenco de personagens, aos esquemas espaciais e temporais... que nos permitem diferenciá-las. Apesar de acima nos termos referido às temáticas predominantes nos contos de Trancoso e de alguns autores fazerem a distribuição das histórias pelos diferentes assuntos, é nosso entendimento que não poderemos atribuir uma única temática a um conto quando o mesmo comunga de diversos argumentos. Faremos, de seguida, alusão aos provérbios e ditos constantes das primeira e segunda partes da versão de 1710, nos contos em que nos foi possível o seu indubitável reconhecimento, aludindo à sua posição, tema e função discursiva subjacente. A opção de analisarmos as partes primeira e segunda dos contos justifica-se pelo facto de considerarmos serem aquelas onde mais facilmente se identificam as ocorrências proverbiais.

Modo de inserção e posição

Nos textos analisados, constatámos que, no que diz respeito à forma de integração do provérbio, estes podem ser citados sem qualquer alusão ao seu estatuto de texto proverbial, sendo, no entanto, reconhecidos como tal pelo alocutário, por pertencerem a uma gama de textos estereotipados armazenados na memória coletiva, ou introduzidos no discurso de uma personagem através de fórmulas como: “*seguindo o conselho do rifão*” (Conto II 1); “*E por esta donzela se disse o rifão*” (Conto III 1); “*Por tanto, diz bem a regra de viver em paz*” (Conto IV 1); “*como se vê numa sentença subtil em caso semelhante*” (VIII 2). Nestes casos, evidencia-se a distância entre locutor e enunciador e explicita-se o recurso ao repositório da sabedoria tradicional para fundamentar uma tomada de posição, através da enunciação de marcas assertivas que, para além de sublinharem claramente o estatuto de citação do texto proverbial, revelam a aceitação do provérbio como argumento de autoridade e asseveração epistémica.

¹⁶ DUARTE, Noélia de Lurdes Vieira. *O Conto Literário: A Memória da Tradição*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2012, p. 7.

No que diz respeito à sua posição no texto, nas HCPE, é possível encontrar provérbios:

- no início da narrativa, como título, procedendo à abertura textual, fazendo prevalecer a sua função de resumo catafórico daquilo que será explicitado no texto subsequente. Anuncia-se, assim, de forma condensada o conteúdo global do texto que se vai desenvolver, garantindo a previsibilidade relativamente ao que vai ocorrer, pelo facto de o provérbio pertencer à competência da linguística-cultural da massa dos falantes da comunidade. Tal é caso dos contos: X 1: *“os pobres com pouca cousa se alegraõ”*; XIII 1: *“os que buscão a Deos, sempre o achão”*; XV 1: *“os pobres não desesperem nas demandas, que lhes fazem os tyrannos”*; XVI 1: *“as mulheres honradas, e virtuosas, devem ser caladas”*, XVII 1: *“castiga Deos os acusadores, e livra os innocentes”*; XVIII 1: *“he bom tomar conselhos com sabedores, e usar deles”*; III 2: *“nos conformemos com a vontade do Senhor”*; IV 2: *“ninguem arma laço, que não caya nelle”*; V 2: *“a boa mulher he joya, que não tem preço, e he melhor para o homem que toda a fazenda, e saber do mundo”*; VI 2: *“não confie ninguém em si que será bom porque já o tem prometido: mas andemos sobre aviso fugindo das tentações”*; VII 2: *“não desesperemos nos trabalhos, e confiemos em Deos que nos proverá”*, *“os máos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...”*; VIII 2: *“que o poderoso não seja tyrano, porque querendo tudo não alcança o honesto, e perde o que tem, como se vê numa sentença subtil em caso semelhante”*;

- no interior da tessitura textual, funcionando como comentário avaliativo do esquema argumentativo a favor de uma determinada conclusão ou justificação de uma asserção anterior. Tal premissa poderá ser verificada nos contos: II 1: *“segundo o conselho do rifão: primeiro que cazes, olha o que fazes”*; VI 1: *“A verdade deixe-ma Deos dizer”*;

- no final da história, resultando como remate conclusivo, sumário anafórico do texto anterior. Tal é a situação dos contos: III 1: *“E por esta donzela se disse o rifão: A moça virtuosa de Deos he esposa”*; IV 1: *“Por tanto, diz bem a regra de viver em paz: Não te rias de quem passa”*, *“ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubirão os seus”*, *“he manha de açougue que quem mal falla, mal ouve”*; V 1: *“por tanto diz bem o rifão: Sempre he máo ser zombador, e na barca peyor”*; VIII 1: *“conforme o como cada hum usar, assim receberá galardão de Deos nosso Senhor”*; XI 1: *“o malfeitor pagou suas maldades, e o bom homem satisfez o passado com esmolas”*; XVII 1: *“castiga Deos os acusadores, e livra os innocentes”*,

“das esmolos, não se empobrece, e furtar o alheyo, não enriquece”; I 2: “A sogra boa da nora he coroa”; II 2: “todo aquelle, que faz bem por amor de Deos, e por seus Santos, Deos, e os Santos lhe pagão”; VII 2: “os mãos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...”.

Funções discursivas¹⁷

O provérbio é, como já o afirmámos, um texto breve, anónimo, institucionalizado, ao qual se liga uma interpretação-padrão consensual no seio da comunidade. Trata-se de uma verdade geral, fundada na experiência, que transmite um universo de representações implícitas dentro de uma frase restrita. A utilização do provérbio surge da necessidade de convocar fragmentos discursivos que estão inscritos na memória do leitor e que, pela sua estrutura breve, pelas simetrias fónicas e rítmicas, que geralmente apresentam, se tornam veículos privilegiados da captação da atenção, funcionando, igualmente, como recurso ao argumento da autoridade, através de prefácios introdutivos como: “*segundo o conselho do rifão*” (Conto II 1). O provérbio, como exemplo de texto híbrido, pode ser considerado aberto, na medida em que faculta um amplo leque de possibilidades interpretativas, consoante a situação concreta em que é utilizado, ou fechado, na medida em que transporta

¹⁷ Na esteira de um estudo realizado por Maria Tereza Côrtes (CÔRTEZ, Maria Tereza. *Os provérbios franceses utilizados como forma de argumentação nas crônicas de arte*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2008), considerámos pertinente proceder à observação de figuras de linguagem com o efeito semântico nos provérbios que constituem o *corpus* deste trabalho. Assim, a título de exemplo, referimos a metáfora, nos contos I 2: “A sogra boa da nora he coroa” e V 2: “a boa mulher he joya, que não tem preço, e he melhor para o homem que toda a fazenda, e saber do mundo”, estabelecendo-se uma comparação entre a sogra e a coroa e a mulher e uma joia de valor incalculável; a metonímia, no conto IV 2: “ninguem arma laço, que não caya nelle”, considerando-se o laço apenas a parte do todo que as artimanhas e a maleficência representam; a gradação, nos contos III 1: “A moça virtuosa de Deos he esposa”, IV 1: “ao que zombão dos feitos alhejos, dão ocasião que lhe descubram os seus”, XIII 1: “os que buscão a Deos, sempre o achão”, “fallar verdade he mercadoria proveitosa”, II 2: “todo aquelle, que faz bem por amor de Deos, e por seus Santos, Deos, e os Santos lhe pagão” e IV 2: “ninguem arma laço, que não caya nelle”, assistindo-se à ocorrência de uma sucessão crescente (contos III, XIII e II 2) e outra decrescente (contos IV e IV 2) dos termos dos enunciados. Considerámos importante efetuar esta análise para que pudéssemos constatar uma carência de recursos estilísticos. A nosso ver, esta ausência talvez se justifique pelo facto de estes ditos e provérbios serem destinados a todas as classes sociais não podendo, por isso, ser de difícil interpretação, pois, como refere Anabela Mimoso: “Para que não reste qualquer dúvida em relação à sua interpretação, o seu sentido é, pois, devidamente explicado. Logo, não se procura que o leitor tire uma conclusão, interprete, mas que o leia com um sentido apenas: o que o autor pretende. Desta maneira, manipula-se, não a expressão, mas o seu significado” (MIMOSO, Anabela. *Provérbios: uma fonte para a História da Educação. Revista Lusófona de Educação*, n.12, 2008, p. 1578). Tal como já referenciámos noutro estudo, o facto de, à época, a maior parte da população ser analfabeta, leva-nos a questionar o motivo pelo qual se escreviam estes livros de *exempla* (veja-se o caso das mulheres, às quais muitos destes contos se destinam, a quem eram confiadas outras incumbências, afastadas dos meios de escolarização, e que, por isso, não tinham acesso a esta literatura por não saberem ler). Esta inacessibilidade ou incapacidade poderia apenas ser suprimida pela leitura em voz alta que, para além de constituir uma fonte de informação, fomentava também formas de sociabilidade. Tal reflexão transporta-nos para a manipulação da obra de Trancoso e para as diversas alterações, infligidas à mesma, visando assegurar a sua coadunação com os normativos da sociedade epocal.

consigo uma interpretação-padrão estável, convencionalmente estabelecida e fixada pela tradição. Assim, entendemos que, como promotores de uma interpretação literal (situação implicativa hiponímica), poderão ser apontados os contos II, VIII, XVI, XVIII da primeira parte e o conto VI da segunda parte, contendo instruções comportamentais diretas (*Antes que cases, olha o que fazes* – há um imperativo, um alerta direto para que se reflita antes de se tomar a ação por consumada), e como indiciadores de interpretações figuradas (relação implicativa hiperonímica), permitindo que o leitor/ouvinte faça inferências de âmbito generalizado, poderá ser indicado o provérbio do conto IV 2 (*ninguem arma laço, que nele não caya nelle* – o adágio não se refere a um laço propriamente dito, mas a todas as situações duvidosas que um queira infligir a outro, correndo o risco, quase certo, de cair na própria artimanha). Importa, sobre esta matéria, referir que a apreensão do significado dos textos proverbiais decorre da observação de vários fatores como: competências linguísticas do falante, mecanismos de natureza cognitiva, saber enciclopédico do mundo, crenças, conhecimento da intenção comunicativa do locutor, peso da tradição... que viabilizam a construção da interpretação padrão dos textos proverbiais, provando que a produção de sentido não se confina ao plano do verbalmente explicitado.

Para nos reportarmos às funções dos provérbios, fizemos uso das tipologias apresentadas por Ana Cristina Macário Lopes, no seu estudo sobre o texto proverbial português¹⁸, por considerarmos que tal disposição analítica, clara e eficaz, serve o nosso propósito. Tal como a autora, ressaltamos que, havendo flexibilidade de adequação contextual, pode um provérbio ser integrado em mais do que uma categoria:

- provérbio com função argumentativa¹⁹: conto XVIII 1: “*he bom tomar conselhos com sabedores, e usar deles*”, “*fallar verdade he mercadoria proveitosa*”; conto II 2: “*todo aquelle, que faz bem por amor de Deos, e por seus Santos, Deos, e os Santos lhe pagão*”; conto IV 1: “*Por tanto, diz bem a regra de viver em paz. Não te rias de quem passa*”, “*ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubraõ os seus*”, “*he manha de*

¹⁸ LOPES, Ana Cristina Macário. *Texto Proverbial Português Elementos para uma análise e pragmática*. Coimbra: BUOS, 1992.

¹⁹ Relembra Maria Tereza Côrtes que a retórica para Aristóteles deve ser uma rigorosa técnica de argumentar, mas distinta da que caracteriza a lógica. A lógica serve-se de silogismos, para alcançar a demonstração irrefutável, enquanto a retórica utiliza os silogismos denominados por Aristóteles como entimemas, que podem ser refutáveis (CÔRTEZ, Maria Tereza. *Os provérbios franceses utilizados como forma de argumentação nas crônicas de arte*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2008, p. 70).

açougue que quem mal falla, mal ouve”; conto VI 2: “*não confie ninguém em si que será bom porque já o tem prometido: mas andemos sobre aviso fugindo das tentações*”; conto VII 2: “*não desesperemos nos trabalhos, e confiemos em Deos que nos proverá*”, “*os máos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...*”. O provérbio assume, nestes enunciados, um estatuto claro de argumento de autoridade. Ao introduzi-lo na sua arguição, o locutor garante a validade das asserções anteriores, remetendo, no caso do conto IV 1, “*Por tanto, diz bem a regra de viver em paz*”, a responsabilidade do enunciado para um enunciador desconhecido. Nos contos IV 1, VII 2, as premissas são apresentadas no início e só depois é apresentada a conclusão, ocorrendo o inverso do que sucede nos contos XVII 1 e VI 2.

A alguns destes provérbios é possível aplicar o esquema argumentativo com as premissas explicitadas. Assim:

“ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubram os seus”

Premissa 1: ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubram os seus

Premissa 2: zombo dos feitos alheios

Conclusão: dou ocasião a que descubram os meus

“he manha de açougue que quem mal falla, mal ouve”

Premissa 1: he manha de açougue que quem mal falla, mal ouve

Premissa 2: falo mal dos outros

Conclusão: vou ouvir falar mal de mim

“os máos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...”

Premissa 1: os máos pagão perdendo vida, honra e alma,

Premissa 2: sou mau

Conclusão: pago perdendo vida, honra e alma

- provérbio como comentário avaliativo: conto II 1: “*segundo o conselho do rifão, primeiro que cazes, olha o que fazes*”; conto III 1: “*E por esta donzela se disse o rifão: a moça virtuosa de Deos he esposa*”; conto IV 1: “*Por tanto, diz bem a regra de viver em paz: Não te rias de quem passa*”, “*ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubram os seus*”, “*he manha de açougue que quem mal falla, mal ouve*”; conto V 1: “*por tanto diz bem o rifão: Sempre he máo ser zombador, e na barca peyor*”. Estes provérbios tornam mais expressiva a conclusão, reforçando-a. Este efeito de reforço coaduna-se com o estatuto de argumento de autoridade do provérbio. O locutor

desresponsabiliza-se, na medida em que se limita a reproduzir uma asserção alheia, de caráter irrefutável, mas, ao mesmo tempo, reforça a sua intervenção. A citação do provérbio corresponde, assim, à realização de um comentário avaliativo, através do qual o locutor aprova ou deprecia uma intervenção precedente;

- provérbios que funcionam como sumário catafórico: conto X 1: “*os pobres com pouca cousa se alegrão*”; conto XIII 1: “*os que buscão a Deos, sempre o achão*”; conto XV 1: “*os pobres não desesperem nas demandas, que lhes fazem os tyrannos*”; conto XVI 1: “*as mulheres honradas, e virtuosas, devem ser caladas*”; conto XVII 1: “*castiga Deos os acusadores, e livra os innocentes*”; conto XVIII 1: “*he bom tomar conselhos com sabedores, e usar deles*”; conto III 2: “*nos conformemos com a vontade do Senhor*”; conto IV 2: “*ninguem arma laço, que não caya nelle*”; conto IV 1 refere: “*ninguem arma laço, que não caya nelle*”; conto V 2: “*a boa mulher he joya, que não tem preço, e he melhor para o homem que toda a fazenda, e saber do mundo*”; conto VI 2: “*não confie ninguém em si que será bom porque já o tem prometido: mas andemos sobre aviso fugindo das tentações*”; contos VII 2: “*não desesperemos nos trabalhos, e confiemos em Deos que nos proverá*”, “*os máos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...*”; conto VIII 2: “*que o poderoso não seja tyrano, porque querendo tudo não alcança o honesto, e perde o que tem, como se vê numa sentença subtil em caso semelhante*”. Todos estes provérbios funcionam como resumo catafórico das situações episódicas que vão ser descritas, anunciando e, simultaneamente, sintetizando a narrativa que se segue, contendo situações que vêm ilustrar a validade da asserção genérica proverbial. Por outras palavras, a validade do provérbio é confirmada pela história que vai ser relatada e onde se configura uma ilustração episódica possível. O provérbio funciona, assim, nestes fragmentos, como sumário antecipado da narrativa subsequente.

- provérbios que funcionam como resumo anafórico: conto III 1: “*E por esta donzela se disse o rifão: A moça virtuosa de Deos he esposa*”; conto IV 1: “*Por tanto, diz bem a regra de viver em paz: Não te rias de quem passa*”, “*ao que zombão dos feitos alheyos, dão ocasião que lhe descubirão os seus*”, “*he manha de açougue que quem mal falla, mal ouve*”; conto V 1: “*por tanto diz bem o rifão: Sempre he máo ser zombador, e na barca peyor*”; conto VIII 1: “*conforme o como cada hum usar, assim receberá galardão de Deos nosso Senhor*”; conto XI 1: “*o malfeitor pagou suas maldades, e o bom homem satisfez o passado com esmolos*”; conto XVII 1: “*castiga Deos os acusadores, e livra os innocentes*”, “*das*

esmolas, não se empobrece, e furtar o alheyo, não enriquece”; conto I 2: “*A sogra boa da nora he coroa*”; conto II 2: “*todo aquelle, que faz bem por amor de Deos, e por seus Santos, Deos, e os Santos lhe pagão*”; contos VII 2: “*os máos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...*”. Estes provérbios sumariam, de forma conclusiva, a narrativa anterior, funcionando, concomitantemente, como justificação explicativa da asserção anterior.

Temáticas

Embora os assuntos sejam recorrentes, verificando-se uma grande incidência nos princípios atinentes à família, religião, justiça, conduta social e virtudes das mulheres, é nosso entendimento, como já tivemos oportunidade de referir, que não poderemos atribuir uma única temática a um conto quando o mesmo coliga fundamentos dissemelhantes. Assim, elencamos abaixo os temas predominantes, de âmbito generalizado (e de acordo com a proposta de Ana Macário Lopes²⁰), aludindo, em simultâneo, aos contos que melhor os substanciam:

- aparência e essência: conto XVI 1: “*as mulheres honradas, e virtuosas, devem ser caladas*”. A interpretação padrão parece ser a de que o sinal exterior (calada) leva-nos a conhecer o interior (honrada e virtuosa). Existe uma relação interior/exterior, em que a segunda condiz com a primeira. De uma forma positiva, o exterior visível ou perceptível espelha a essência interior, abrindo caminho à conceptualização. Do ponto de vista argumentativo, estes provérbios, ao assegurarem de forma sentenciosa que a essência de uma qualquer entidade pode ser avaliada pelas suas manifestações ou atributos exteriores, atestam a construção de raciocínios baseados em inferências sógnicas. Refira-se, no entanto, a falibilidade deste provérbio, já que o interlocutor constrói uma inferência baseada numa conexão meramente accidental, pois nem sempre o exterior corresponde ao interior e vice-versa;

- advertência: conto II 1: “*primeiro que cazes, olha o que fazes*”; conto IV 1: “*Não te rias de quem passa*”; conto V 1: “*Sempre he máo ser zombador, e na barca peyor*”; conto VI 2: “*não confie ninguém em si que será bom porque já o tem prometido: mas andemos sobre aviso fugindo das tentações*”. Nestes contos, assistimos a um discurso de aconselhamento, procurando-se prevenir situações-problema advindas da falta de prudência dos seus destinatários. Assim, ao invés de se apresentar o problema resultante

²⁰ LOPES, Ana Cristina Macário. *Texto Proverbial Português Elementos para uma análise e pragmática*, Coimbra: BUOS, 1992.

da falta de providência, apresenta-se, primeiramente, a solução sob a forma de conselhos, sugestões e opiniões avalizadas, deixando para o alocutário as inferências concernentes ao resultado do incumprimento das regras do comedimento;

- ações e consequências ou relação causa/efeito: conto VI 1: “*A verdade deixe-ma Deos dizer*”; conto VIII 1: “*conforme o como cada hum usar, assim receberá galardão de Deos nosso Senhor*”; conto XI 1: “*o malfeitor pagou suas maldades, e o bom homem satisfez o passado com esmolos*”; conto II 2: “*todo aquelle, que faz bem por amor de Deos, e por seus Santos, Deos, e os Santos lhe pagão*”; contos VII 2: “*não desesperemos nos trabalhos, e confiemos em Deos que nos proverá*”, “*os mãos pagão perdendo vida, honra e alma, e os bons...*”. Estes provérbios ilustram um mesmo núcleo temático, centrado na relação entre o agente e os resultados da ação empreendida. Este tema é glosado de diferentes modos, como se depreende confrontando as seguintes interpretações-padrão: se x pratica uma determinada ação, x experimenta os resultados – positivos (contos XVII 1, I 2 e II 2) ou negativos (contos IV 1, IV 2 e VII 2) – de uma ação-tipo que resulta numa sanção/galardão-tipo;

- meios e objetivos: conto III 1: “*A moça virtuosa de Deos he esposa*”; conto XVI 1: “*as mulheres honradas, e virtuosas, devem ser caladas*”; conto V 2: “*a boa mulher he joya, que não tem preço, e he melhor para o homem que toda a fazenda, e saber do mundo*”. Estes provérbios ilustram um aspeto da relação objetivo/meios: se for moça virtuosa, Deus a esposa; se ficar calada, será vista como honrada e virtuosa; se for boa mulher, será joia sem preço e de grande importância para o homem. A negação de um destes pressupostos implica a predicação do outro. Por contraste, tais preceitos significariam: se não for moça virtuosa, Deus não a esposa; se não ficar calada, não será honrada e virtuosa; se não for boa mulher, não será joia sem preço. Podemos, portanto, inferir que os provérbios desta série funcionam como hábeis planeadores, prescrevendo normas muito gerais acerca do comportamento a adotar (ser virtuosa, ser calada e ser boa) face aos objetivos que se pretende atingir (casar, ser honrada e virtuosa e ser joia de grande importância para seu marido). Não havendo oposição antonímica, o meio indica, de forma indubitável, como atingir o objetivo, ocorrendo um ensinamento pela positiva (ainda que no provérbio do conto XVI, ocorra uma inversão, sendo referido primeiro o objetivo, ser honrada e virtuosa, e só depois o meio para assim ser considerada: ser calada. Embora o nosso conhecimento do mundo e das regras dos bons costumes morais nos permitam estabelecer entre estes predicados uma relação conceptual

que confere ao primeiro predicado de cada par (ser virtuosa, ser calada e ser boa) o estatuto de condição necessária para a realização da ação expressa pelo segundo (casar, ser honrada e virtuosa e ser joia de grande importância para seu marido), o facto é que, à luz dos ditames da sociedade atual, não é pelo facto de ser virtuosa/calada/boa que a mulher se casa/é honrada e virtuosa/assume grande importância²¹;

- coincidência de opostos: conto VIII 2: “*que o poderoso não seja tyrano, porque querendo tudo não alcança o honesto, e perde o que tem*”. Assume-se, aqui, a coexistência de aspetos positivos e negativos, sendo que “poderoso” e “tudo” pertencerão ao domínio do positivo, enquanto que “tirano” e “perde” à categoria do negativo. Por ocorrência de uma coisa boa, verifica-se, então, a incidência de uma coisa má, confluindo o “poder” para a “tirania” e o “tudo” para o “nada”;

- imutabilidade ou “processo consumado”²²: conto X 1: “*os pobres com pouca cousa se alegrão*”. Quanto a este provérbio, diremos que o predicado “ser pobre” pressupõe “não ter muita coisa”. Assim, desta asserção proverbial, poderemos inferir que quem nasceu para viver com estes atributos, não podendo alterá-los, terá de se contentar com pouca coisa, já que nunca irá possuir muito;

- recompensa: conto XV 1: “*os pobres não desesperem nas demandas, que lhes fazem os tyrannos*”; conto XVIII 1: “*he bom tomar conselhos com sabedores, e usar deles*”, “*fallar verdade he mercadoria proveitosa*”; conto III 2: “*nos conformemos com a vontade do Senhor*”; conto IX 2: “*que nos conformemos com a vontade de Deos N Senhor, e lhe demos louvor, e graças por tudo o que faz*”. Nesta última categoria, os contos mencionados apresentam provérbios que, de diferentes formas, encerram a máxima subjacente a todos os restantes: um determinado comportamento conduz à obtenção das regalias almejadas.

De acordo com a pesquisa efetuada, no que à posição dos provérbios nos *Contos* diz respeito, verificamos que os que ocorrem, predominantemente, no início são alusivos

²¹ “Na tentativa de apresentar modelos de bons cristãos e, sobretudo de boas cristãs, muitos dos provérbios usados nos *Contos* dirigem-se às mulheres e têm, maioritariamente, origem nos *Provérbios* de Salomão: *A moça virtuosa, Deus a esposa. A mulher honrada sempre deve ser calada. A boa mulher é jóia que não tem preço*. Cada um destes provérbios pertence a um conto ou história diferentes que desdobram o seu sentido, funcionando como uma sua *amplificatio*” (MIMOSO, Anabela. *Provérbios: uma fonte para a História da Educação. Revista Lusófona de Educação*, n. 12. 2008, p. 157).

²² PESTANA, Gilda Maria Nunes Alves. *A Função do Verbo no Texto proverbial: O Verbo como Instanciador Lexical, Modal, Temporal e Aspectual*. Funchal: Universidade da Madeira, 2004, p. 92.

às temáticas atinentes às virtudes das mulheres (das quais a instrução não fazia parte, evidenciando-se a supremacia masculina), à justiça de deus (um deus castigador dos malfeitores e recompensador dos benfeitores e dos pobres) e às regras de vida familiar conformes às leis da moral de índole cristã. Inseridos no final dos contos, resultando como remate conclusivo, encontramos provérbios relacionados com as regras de viver em paz, a conduta social e a justiça, evidenciando-se as punições sofridas pelos malfeitores e as recompensas usufruídas pelos beneméritos (personagens que o autor toma como conselho/exemplo para os demais).

Seguindo a tematização proposta por Ana Cristina Macário Lopes, verificamos que, inseridos no início, predominam os provérbios relativos à aparência e essência; aos meios e objetivos; à coincidência de opostos; à imutabilidade ou processo consumado; à recompensa. Posicionados no fim dos *Contos*, encontram-se os provérbios alusivos às temáticas da advertência; ações e consequências ou relação causa/efeito; meios e objetivos.

Conclusão

Sendo escassos os testemunhos de obras de ficção referentes ao período medievo, em parte devido à morosidade e aos gastos associados à elaboração dos manuscritos, a transmissão de contos (e do saber que lhes estava associado) terá assentado, sobretudo, na oralidade. Pelo menos, até ao último quartel do século XVI, momento em que surge a obra de Gonçalo Trancoso; uma obra cujo título encerra, claramente, o intuito de moralizar e onde os (pela primeira vez assim denominados) contos figuram integrados em histórias exemplares, semelhantes a *exempla*, inauguradas ou epilógadas por frases proverbiais. Tal como já mencionámos anteriormente, os *Contos* de Trancoso, editados numa fase de transição da Idade Média para a Renascença, inscrevem-se na linha dos *exempla*, refletindo o período medievo, em que o *exemplum*, uma lição do passado com valor perene, é usado como um elemento didático, associando-se o seu uso moral ao discurso sentencial: uma espécie de sermão que se organizava em torno de uma citação ou temática de *exempla*, dividindo-se, posteriormente, em diversas partes amplificativas (*dilatatio*), captando a atenção dos ouvintes, na sua maioria iletrados. Em suma, a função desempenhada pelo *exemplum*, dentro do discurso em que era inserido, era a de catequizar, levando os ouvintes a encontrar um reflexo instrutivo da sua vida quotidiana.

Prescritores das normas de conduta e obediência análogos às orientações religiosas, os provérbios constituem-se, como verificámos, como um excelente meio pedagógico que proporciona o discurso da sabedoria e a aprendizagem dentro dos padrões éticos epocais. Uma época em que a sociabilidade cortesã promove o aparecimento da poesia palaciana, retratando o quotidiano aristocrático, requintado e protocolar, e das temáticas religiosa, amorosa e elegíaca, bem como, da didático-moralizante. Estas, à semelhança dos *Contos* de Trancoso, visavam não só deleitar (*delectare*) o leitor/ouvinte, mas também despertá-lo para a intencionalidade do destinatário, ensinando (*docere*) e influenciando comportamentos (*movere*)²³. Nesta aceção, a memória, o poder cogitativo, imaginativo ou fantasioso assumem relevada importância, na medida em que, imbuídos de estímulos evocativos, percutuais e emocionais, contribuem para a transmissão do conhecimento, para

²³ A este propósito, refira-se o *Cancioneiro Geral*, publicado em 1516, que, tal como os contos de Trancoso, se situa numa transição da Idade Média para a Renascença, sendo o texto mais antigo datado de 1449. As poesias cortesãs/palacianas que o constituem, em termos conteudísticos, versavam sobre o amor e sobre pormenores da vida social, sendo sobretudo satíricas. Podiam ter como finalidade a provocação do riso (caráter lúdico) ou a crítica da sociedade (de tom mais grave), no que se refere a variadíssimos aspetos. A poesia de tom satírico objetivava a moralização social, assentando em temáticas como a vida terrena e a morte e salvação. No que concerne à forma, o *Cancioneiro* apresenta, entre outras (vilancetes, trovas, esparsas...), a disposição poética em cantigas cujas estrofes são compostas por um mote (de 3 a 5 versos) e uma glosa (9 ou 10 versos), na qual se desenvolve o conteúdo do mote, e em poemas com *fym*, estrofe última na qual se apresentava uma conclusão concernente ao tema glosado. Face ao exposto, poderemos estabelecer uma analogia entre o conteúdo e a forma de alguns poemas do *Cancioneiro Geral* com os *Contos* de Trancoso, na medida em que ambos têm uma função moralizante (embora o *Cancioneiro* tenda a uma moralização efetuada através da sátira e da ridicularização, com vista ao divertimento dos alocutários, e os *Contos* optem por histórias de *exempla*, com vista à consciencialização) e ambos apresentam um mote/título cujo desenvolvimento (*amplificatio*) se realiza na glosa/narrativa, culminando, nalguns casos, num *fym*/provérbio, resultando como remate conclusivo ou sumário anafórico. Se nos poemas do *Cancioneiro*, o mote indicia a temática da poesia, predispondo o leitor/ouvinte para o que vai ler/ouvir, também os títulos dos *Contos* de Trancoso deixam antever o assunto da narrativa subsequente, elucidando, desde logo, o leitor quanto ao tema e, muitas vezes, quanto ao desfecho das histórias de *exempla* apresentadas. O mesmo acontece com as frases proverbiais apresentadas em jeito de conclusão nos *Contos* que se poderão assemelhar às findas: “E poys vosso amor he / o que me causa este dano” (RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, Tomo V, Imprensa da Universidade de Coimbra: 1917, p. 84). No *Cancioneiro Geral*, encontramos, então, uma poesia didático-moral traduzida em máximas, conselhos, rifões e ditos populares de que são exemplo o *ryfam*: “Nem há ver & desejar, / nem prazer huma soo ora” (RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, Tomo III, Stuttgart, Gedruckt auf Kosten des Literarischen Vereins: 1852, p. 597), o moto: “O que a ventura tolhe, / Nam ho pode o tempo dar” (RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro Geral*, Tomo V, Imprensa da Universidade de Coimbra: 1917, p. 16), ou o provérbio: “Diz q quem cala consente (id.: 119).

a propagação de vivências e para o fomento da prudência e das virtudes²⁴, em sintonia com os ditames comportamentais preconizados para todos os membros da sociedade.

Anunciando a temática da obra ou resultando na sua conclusão, os provérbios de Trancoso, apresentam uma dimensão exemplar cuja moralidade se sobrepõe a qualquer vertente estética²⁵. Para este efeito, concorreram algumas estratégias funcionais²⁶, nomeadamente a inclusão de um narrador em interlocução direta com o leitor, no tradicional papel de um contador de histórias, de um conselheiro, promovendo a insistência no proveito e no exemplo (condenando o mal e elogiando o bem); a utilização de ditos sentenciosos, permitindo maior facilidade de memorização do exemplo do domínio da sabedoria popular; a verossimilhança dos fatos narrados bem como a sua natural combinação com relatos ficcionais.

O narrador, de forma criteriosa, prescreve bons ensinamentos, ilustrando situações suficientemente impressivas que levem à sua apropriação, pois, “Apesar das asserções proverbiais serem cumulativamente atemporais²⁷ e universais²⁸, elas são, igualmente, adequáveis ao contexto, isto é, “o seu valor semântico é fixo, a contextualização é que pode ser diferenciada”²⁹.

²⁴ Sobre esta matéria, Wunenburger refere que a infância constitui a primeira etapa da formação do imaginário e que o lento desenvolvimento da inteligência abstrata, durante os primeiros anos de vida, associados à forte estimulação instintiva, torna a psique da criança particularmente recetiva à imaginação e aos sonhos. Assim, o imaginário de cada indivíduo está enraizado numa “bio-histoire” (WUNENBURGER, Jean-Jacques. *L’Imaginaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 120) pessoal que lhe confere a sua idiossincrasia e permite o seu alargamento e renovação, através de processos de simbolização que o fazem participar da totalidade do mundo e da cultura. Neste sentido, Márcia Espig assevera que o imaginário pode possuir a virtualidade de criar uma ordem social – daí a sua importância como dispositivo de controle da vida coletiva e do exercício do poder, funcionando como canalizadora de ações sociais (ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Textura*, n. 9, 2003, p. 54).

²⁵ DUARTE, Noélia de Lurdes Vieira. *O Conto Literário: A Memória da Tradição*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2012, p. 39.

²⁶ RODRIGUES, Fernando Ozório. Uma Nova Edição das Histórias de Trancoso. *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n. IX, p. 64-71 p. 65.

²⁷ Gilda Pestana esclarece que “o verbo perde capacidade de situar um facto ou acontecimento num período de tempo específico e determinado e passa a exprimir o atemporal” (PESTANA, Gilda Maria Nunes Alves. *A Função do Verbo no Texto proverbial: O Verbo como Instanciador Lexical, Modal, Temporal e Aspectual*. Funchal: Universidade da Madeira: 2004, p. 47); “Assim se explica o facto de o provérbio nunca realizar uma referência temporal deíctica ou anafórica” (Ibid., p. 48). A questão dos tempos verbais, suscita-nos alguma curiosidade na medida em que, sendo estes contos de *exempla* com vista à obtenção de um certo comportamento social, não fazem uso, ainda assim, do modo imperativo, associado à expressão de uma ordem, pedido, recomendação, alerta, conselho.

²⁸ BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, MOURÃO, Maria Elsa. Género e Discurso Proverbial no Portugal Moderno *Faces de Eva*, n.º 33, 2015, p. 99.

²⁹ Ibid., p. 99.